

RELAÇÕES DE CONFIANÇA EM AÇÕES COLETIVAS EM DOIS ESTADOS BRASILEIROS

TRUST RELATIONSHIPS IN COLLECTIVE ACTIONS IN TWO BRAZILIAN STATES

Área temática: Temas transversais

SANT'ANA, Amanda Nobre¹

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

HERRERA, Pedro Vinícius Juchem

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

BINOTTO, Erlaine

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

CASAROTTO, Eduardo Luis

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

RESUMO

Este artigo aborda como problema de pesquisa a competitividade no mercado que tem levado os agentes das cadeias produtivas a reconsiderarem a visão da sua unidade produtiva restrita a um comportamento individualista para atuação em grupo com características colaborativas. Dentre os tipos de organizações presentes nas cadeias, estão as cooperativas. O objetivo deste artigo é analisar questões relacionadas a confiança nas ações coletivas com associados de cooperativas em Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul. Este artigo se justifica pela abordagem de que os relacionamentos baseados em confiança oferecem vantagens como a redução de custos e tempo, através de contratos detalhados e na busca de parceiros comerciais. A pesquisa foi desenvolvida com 149 agricultores associados de cooperativas de diferentes portes e atividades. Como instrumento de pesquisa foram utilizados questionário e grupo focal. Os dados mostram que o sexo masculino é predominante em ambos estados. Quanto as origens familiares dos pesquisados, no Rio Grande do Sul são majoritariamente do próprio estado com ascendência europeia, enquanto em Mato Grosso do Sul, são originários das regiões sul e nordeste e ascendência brasileira. Em relação ao nível educacional dos proprietários, a maior concentração está no ensino primário incompleto e a menor na pós-graduação. Constatou-se que, em alguns casos, a quebra de confiança não afetou as relações de confiança do cooperado com a cooperativa ou com os membros. É possível afirmar que a continuidade na cooperativa não foi afetada por essas situações. Os dados evidenciaram que as relações de confiança desenvolvidas pelos cooperados para com a cooperativa são essenciais para a cooperação e muito se apoiam na forma de gestão da mesma. As análises permitem perceber a influência exercida pela confiança tanto na relação de fidelidade com a cooperativa quanto na utilização dos seus serviços, como foi pressuposto na pesquisa. Os grupos focais destacaram que a confiança é fortalecida pela frequência nas relações com a cooperativa, principalmente na compra de insumos e entrega do produto para a comercialização.

Palavras-chave: Ações coletivas, Produtor rural, Confiança.

¹ nobre_santana@hotmail.com, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq.

ABSTRACT

This paper focus on research problem the competitiveness in the market has led the agents of the production chains to reconsider the vision of their production unit restricted to an individualistic behavior for a group action with collaborative characteristics. Among the types of organizations in the chains are cooperatives. The purpose of this article is to analyze issues related to trust in collective actions with members of cooperatives in Mato Grosso do Sul and Rio Grande do Sul. This paper is justified by the approach that trust-based relationships offer advantages such as cost and time reduced, through contracts detailed and the search for business partners. The research was developed with 149 farmers members of cooperatives of different sizes and activities. As a research instrument, a questionnaire and focus group were used. The data showed that the male gender is predominant in both states. As for the family origins of those surveyed, in Rio Grande do Sul they are mostly from the same state with European ancestry, while in Mato Grosso do Sul, they originate from the south and northeast regions and Brazilian ancestry. Regarding the educational level of the farmers, the highest concentration is in incomplete primary education and the lowest in graduate school. It was found that, in some cases, the breach of trust did not affect the cooperative's relations of trust with the cooperative or with the members. It is possible to state that the continuity in the cooperative was not affected by these situations. The data showed that the relationships of trust developed by the cooperative members with the cooperative are essential for the cooperation and are very much supported in the way it is managed. The results allowed us to perceive the influence by trust both in the loyalty relationship with the cooperative and in the use of its services, as it was assumed in the research. The focus groups highlighted that trust is strengthened by the frequency in relations with the cooperative, mainly in the purchase of inputs and delivery of the product for commercialization.

Keywords: Collective actions, Farmer, Trust.

1 INTRODUÇÃO

As organizações tradicionais, ao operarem de forma individualizada, enfrentam dificuldades quanto aos novos desafios (CASTELLS, 1999). Gulati, Nohria e Zaheer (2000) reforçam a necessidade mudar a forma de ação dos atores, uns contra outros por lucro, uma vez que a sociedade tende a evoluir para a postura voltada a relacionamentos ou, como salientada por Granovetter (1985), de conexões entre pessoas. As ações dos envolvidos são condicionadas pelo seu pertencimento a redes de relações interpessoais. Esses novos cenários de produção requerem formas de organização, que muitas vezes, passam por processos associativos ou cooperativos para sustentar a necessidade de investimentos e operacionalização.

Dentre os diversos tipos de organizações, estão as cooperativas, encontradas nos mais diversos setores da economia e, principalmente, no agronegócio. Uma cooperativa é definida pela International Co-Operative Alliance (2021), como uma “associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e controlada democraticamente”. Os valores consistem em “autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição de seus fundadores, os cooperados acreditam nos valores éticos de honestidade, abertura, responsabilidade social e cuidado com os outros”.

Jensen-Auvermann, Adams e Doluschitz (2018) afirmam que essas organizações, cada

vez mais transnacionais, são propriedade de membros com o objetivo de aumentar os benefícios dos mesmos. Ainda segundo os autores, uma tarefa fundamental para as companhias e cooperativas é encontrar uma estratégia competitiva que enfrente, de forma sustentável, os desafios futuros. A importância desse enfrentamento se deve ao fato dessas organizações desempenharem importante papel econômico e social, pois oportunizam a pequenos e médios produtores a inserção nos mercados concentrados por meio da agregação de valor na produção rural (FERREIRA; BRAGA, 2004).

Assim, para alcançarem objetivos comuns, os “cooperados” precisam idealizar as visões futuras e agirem de maneira recíproca, ponderando o coletivo (AXELROD, 1984). Como as cooperativas são pautadas por ações que pressupõem cooperação, também, são automaticamente governadas pela confiança. A confiança promove a cooperação e a cooperação gera confiança (SILVA; BINOTTO; VILPOUX, 2016). A confiança se caracteriza por ser algo interpessoal, tem importante papel e precisa ser incorporada como um recurso na estratégia de uma cooperativa (JENSEN-AUVERMANN; ADAMS; DOLUSCHITZ, 2018).

Os relacionamentos baseados em confiança trazem vantagens como a redução de custos através de contratos meticulosos (economia de tempo) e na busca de parceiros (LOPES; BALDI, 2005). Confiança possui um caráter cognitivo, pressupondo que cada indivíduo tenha conhecimento sobre o outro. Esse “conhecimento do outro” busca reduzir os riscos de comportamentos oportunistas (LOPES; BALDI, 2005).

Ao se discutir o ambiente das cooperativas, se percebem formas organizacionais apoiadas na coletividade, que requerem ações coletivas em prol de objetivos comuns. Possuem estruturas de governança interpostas entre as economias particulares dos cooperados por um lado e o mercado por outro (BIALOSKORSKI NETO, 2000).

Olson (1971) ao se referir ao tamanho dos grupos afirma que os membros de grupos pequenos entendem com mais clareza a incumbência de suas contribuições para exercer o bem comum. Em grupos maiores, se evidencia dificuldade de exercer ação coletiva por entenderem de forma racional que a incumbência individual nas colaborações é pequena. Isso pode ocorrer pela falta de estímulos suficientes para cooperar e para reconhecer os resultados da cooperação (OLSON, 1971). A pergunta norteadora deste artigo é: quais elementos permeiam as ações coletivas na relação dos associados com a cooperativa?

Parte-se do pressuposto de que a confiança na cooperativa é a peça chave no relacionamento que o cooperado tem com a mesma, influenciando na utilização dos serviços e na continuidade da cooperação. Este artigo tem por objetivo analisar questões relacionadas a confiança nas ações coletivas com associados de cooperativas em Mato Grosso do Sul (MS) e no Rio Grande do Sul (RS). Especificamente, buscou-se caracterizar o perfil socioeconômico da amostra.

Este artigo é um recorte da pesquisa referente ao projeto do Universal CNPq 2014 e se utiliza de um banco de dados coletados entre os anos de 2015 a 2018. Resultados preliminares desta pesquisa foram apresentados em 2019 no CIENAGRO/UFRGS.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ações coletivas, cooperação e confiança

Na teoria sobre ações coletivas, Elinor Ostrom propõe avanços quando analisa os diversos modelos utilizados na literatura e sugere flexibilização. Estes modelos, como a tragédia dos comuns, o dilema dos prisioneiros e a lógica da ação coletiva, têm como foco o problema

do carona em dilemas sociais e modelos de falhas coletivas (OSTROM, 2007). A autora destaca que, em relação aos grupos, a comunicação realizada face a face melhora a eficácia do sistema de cooperação, pois aumenta a confiança dos indivíduos nas promessas dos demais, considerando a probabilidade do serem cumprimentos. Também a possibilidade de discussão de possíveis desvios de condutas ou de promessas, inibindo comportamentos oportunistas.

Cooperação e ações coletivas são compreendidas como a união de forças de dois ou mais agentes, que podem ser indivíduos, grupos, empresas, organizações ou nações, em prol de objetivos e problemas comuns, sendo que as relações e interações que se estabelecem entre esses atores influenciam e são influenciadas por cada um deles (SANDLER, 2004). Assim, a cooperação praticada entre indivíduos pode trazer benefícios como a troca de conhecimentos, a reciprocidade, a colaboração, a existência de ambientes de confiança, visando melhorias na eficiência e eficácia das organizações entre seus grupos.

A coordenação nestes grupos, de acordo com Meinzen-Dick, Di Gregorio e McCarthy (2004), pode ocorrer pela existência de uma entidade formal ou informal, ou em alguns casos, sem a existência da mesma e de forma espontânea. Por isso, a existência de ações coletivas pode estar ligada a razões financeiras, sociais, políticas ou culturais (BRITO, 2001).

As ações coletivas possuem como propósito: a) melhorar no bem-estar material; b) melhorias nas relações sociais e de poder; c) influenciar nas políticas públicas; d) desenvolver as pessoas (capital humano); e) fortalecer as organizações; e f) aperfeiçoar a solidariedade, reciprocidade e confiança (capital social) (RAMÍREZ; BERDEGUÉ, 2003).

A confiança, embora tratada em diferentes campos do conhecimento e sob diferentes perspectivas, pode ser definida como a intenção do indivíduo em aceitar a vulnerabilidade em relação ao outro ou à parte confiada, considerando suas expectativas positivas em relação as suas ações (MAYER; DAVIS; SCHOORMAN, 1995; COLQUITT; SCOTT; LEPINE, 2007). Entretanto, Smith (2005) destaca que a confiança se constitui em um processo difícil de ser adquirida e fácil de ser quebrada, pois quando é afetada significativamente, dificilmente será restabelecida pelas mesmas pessoas e nas mesmas condições. Para outros isso pode desencadear no desligamento do indivíduo da organização.

Dessa forma, a confiança se constitui no elemento que lubrifica a vida social, por oferecer condições mais propícias para as transações, inclusive as econômicas (PUTNAM, 2005), reduzindo as possibilidades de oportunismo por parte dos envolvidos, em uma perspectiva da ação coletiva (OLSON, 1999).

Cooperação e confiança, em alguns momentos, são tratadas conjuntamente. Porém, não são sinônimas (MACIEL, 2001). Gambetta (1988) e Lanz e Tomei (2015) consideram que há necessidade de algum nível de confiança para que ocorra a cooperação, embora para Axelrod (2010) a cooperação pode existir mesmo em ambientes sem confiança.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é classificada como descritiva, com abordagens qualitativa e quantitativa. Os participantes da pesquisa são associados de cooperativas dos estados de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. A pesquisa foi desenvolvida com 149 agricultores que desenvolvem suas atividades vinculados a cooperativa. Destes, 114 pesquisados foram do RS e 35 de MS.

Os instrumentos de pesquisa usados foram: questionário com 56 questões, sendo abertas e fechadas e grupos focais realizados após o questionário. Antes do início da coleta de dados foi realizada uma explanação dos objetivos da pesquisa e solicitado o preenchimento e assinatura de consentimento livre esclarecido.

O questionário de pesquisa é uma técnica de investigação composta por questões apresentadas por escrito ao pesquisado com objetivo de conhecer suas opiniões, sentimentos, expectativas, dentre outros. Também podem ser apresentados oralmente pelo pesquisador em seções de entrevistas (GIL, 1999). Grupos focais, são grupos de discussão que discutem sobre um tema específico recebendo estímulos sobre o assunto para manter a conversa em andamento. Trata-se de uma técnica que promove o processo de integração e facilita ao pesquisador identificar ou coletar dados necessários a sua pesquisa (RESSEL, 2008).

Para o preenchimento dos questionários impressos, uma equipe de pesquisadores, nas duas regiões, auxiliava sanando dúvidas e em algumas situações preenchendo as repostas. A coleta de dados se deu no ambiente da cooperativa e nos espaços onde os produtores rurais desenvolvem suas atividades. Quando convidados a participarem na cooperativa e aceitavam o convite, foram realizados os grupos focais. Estes ocorreram no espaço das cooperativas em salas reservadas com participação entre 6 e 13 membros em cada grupo.

Para a realização desses grupos focais (seis no RS e três em MS) havia uma programação prévia envolvendo intervalo para café após o preenchimento do questionário. Esse ambiente com lanche, água e chimarrão no RS era mantido durante a realização da reunião. Foi solicitado a todos a autorização para gravação e uma equipe de pesquisadores fornecia apoio à responsável pela condução do trabalho.

Foram elaboradas onze questões para os grupos focais. Estas se relacionavam a compreensão do que é cooperação, confiança, ser fiel a cooperativa e demais aspectos ligados a relações com a organização e que não são explorados neste estudo, por ser um recorte de uma pesquisa maior.

Quanto ao número de pesquisados e de organizações em cada estado, se adotou o critério de acessibilidade e exaustão. Foram 13 cooperativas no RS e duas em MS. O perfil das organizações não recebe destaque por não ser o foco do estudo. As categorias de análise envolvem perfil socioeconômico e relações de confiança. A análise dos dados foi apoiada por análise estatística e interpretativa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil Socioeconômico

Os dados mostram que tanto no RS quanto em MS o sexo masculino é o predominante, com respectivamente 85% e 86% da amostra, totalizando 85% do total. Quanto ao estado civil dos entrevistados, 68% estão casados, 23% estão solteiros, 5% estão divorciados, 4% estão em uniões estáveis, 1% estão viúvos.

Os pesquisados no RS têm majoritariamente origem na região sul (92% da amostra). MS é reconhecidamente uma das “novas” fronteiras agrícolas abertas a partir do final da década de 1960. Desta forma, é grande a participação de migrantes da região sul (71%), assim como da região nordeste (13%).

Em relação a descendência familiar, no RS é predominantemente europeia – maioria da Itália (77%) e Alemanha (17%). Em contraponto, MS tem maior diversidade: brasileira (32%), italiana (29%), japonesa (24%) e outras nacionalidades (12%). Quando os respondentes não se identificavam com essa descendência a opção era por brasileiro, embora todos o sejam.

Na Tabela 1 são apresentados os resultados encontrados referentes a escolaridade dos agricultores pesquisados:

Tabela 1- Escolaridade dos agricultores

Escolaridade	RS	%	MS	%	Total	%
Sem educação formal ou analfabeto	0	0	0	0	0	0
Ensino primário incompleto	51	45	10	29	61	41
Ensino primário completo	16	14	8	23	24	16
Ensino médio incompleto	14	12	1	3	15	10
Ensino médio completo	18	16	7	20	25	17
Graduação incompleta	8	7	3	9	11	7
Graduação completa	2	2	6	17	8	5
Pós-Graduação	4	4	0	0	4	3
Total respostas válidas	113	100	35	100	148	100
Não Resp.	1		0		1	

Fonte: Dados da pesquisa.

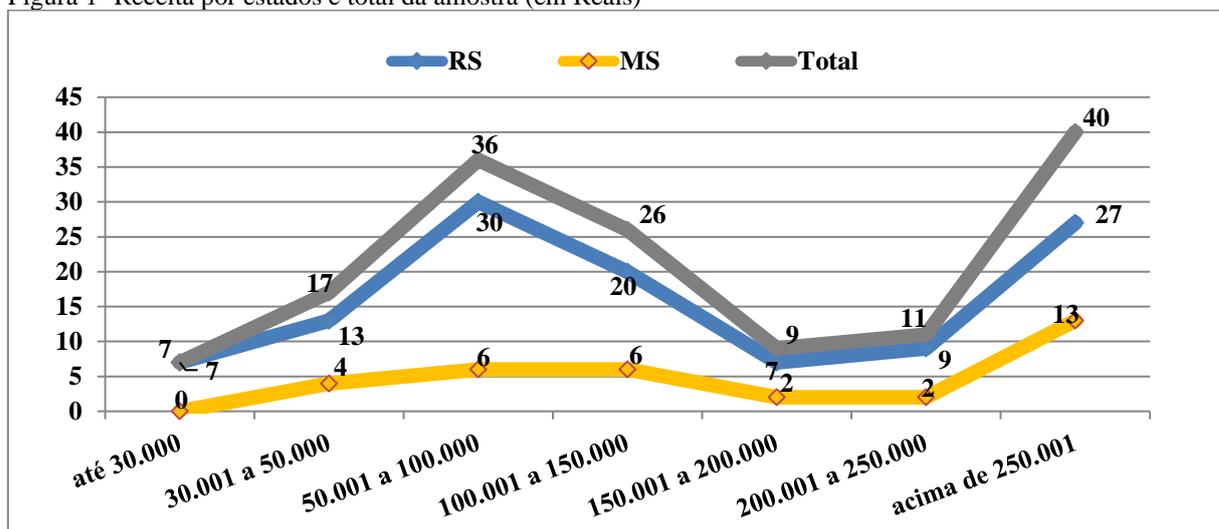
Em relação ao nível educacional dos pesquisados, a maior concentração está no ensino primário incompleto (41%) e a menor na pós-graduação (3%). No RS o ensino primário incompleto predomina com 45%, enquanto que em MS existe uma melhor distribuição, pois o intervalo entre o ensino primário incompleto (29%), o ensino primário completo (23%) e o ensino médio completo (20%) é bem menor que no RS. Além disso, o percentual de graduação completa em MS é 17%, enquanto que no RS é apenas 2% da amostra.

Esses dados, em certa medida, corroboram com os apresentados no Censo Agropecuário de 2017, cujo perfil dos proprietários rurais predomina homens (81%) e 34% com faixa etária maior que 60 anos, entre 30 e 60 anos são 60% e menos 30 anos o percentual de 5%. Destes, 15,44% nunca frequentaram a escola, 19,48% com primeiro grau completo, 14,39% o segundo grau completo e 5,55% graduados (IBGE, 2017).

A produção agrícola da propriedade é a principal geradora de receitas para as famílias, entretanto, em alguns casos, as rendas de pensões ou aposentadorias e do trabalho fora da propriedade (geralmente o cônjuge) são mencionados como fonte adicional de renda. A renda é produzida pelo cultivo de soja e milho, atividades mais comuns, seguidas da produção de leite, arroz, fumo, feijão, trigo e extração de mel, entre outras.

Na Figura 1 são apresentados, por faixas e, em reais, a receita bruta nas propriedades. São consideradas as condições individuais de cada estado, bem como o total da amostra de 146 respostas válidas.

Figura 1- Receita por estados e total da amostra (em Reais)



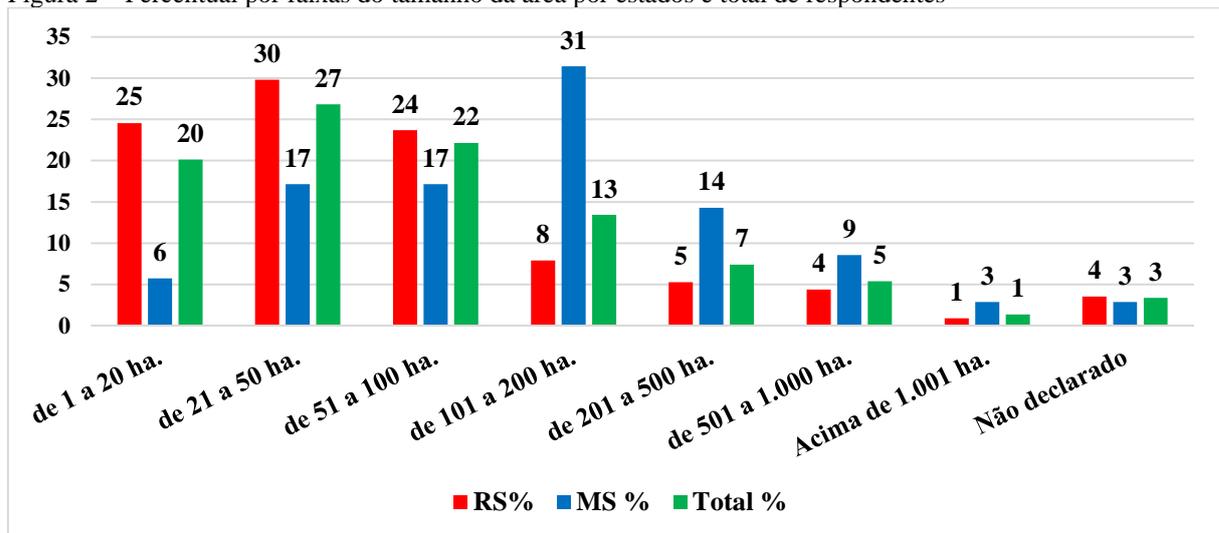
Fonte: Dados da pesquisa.

Os dois estados apresentam similaridade na distribuição das faixas de receita, com exceção nas faixas de até R\$ 30.000 e na de R\$ 50.001 a R\$ 100.000 no RS (6% e 27%) frente a 0% e 18%, respectivamente, em MS. Entretanto, na faixa acima de R\$ 250.001, o percentual de propriedades é consideravelmente maior em MS (40%) em relação ao RS (30%).

Nas demais, os valores percentuais são próximos, como por exemplo nas faixas: R\$ 30.001 a R\$ 50.000 - RS (12%) e MS (12%); na faixa de R\$ 100.001 a R\$ 150.000 - RS (18%) e MS (18%); e na faixa de R\$ 150.001 a R\$ 200.000 - RS (6%) e MS (6%).

Ao tratar do tamanho das propriedades, a maioria dos pesquisados (69%) possui ou cultiva terras com até 100 hectares, com maior concentração na faixa de tamanho entre 21 e 50 hectares, 27% deles. Entretanto, é peculiar a cada estado essa distribuição.

Figura 2 – Percentual por faixas do tamanho da área por estados e total de respondentes



Fonte: Dados da pesquisa.

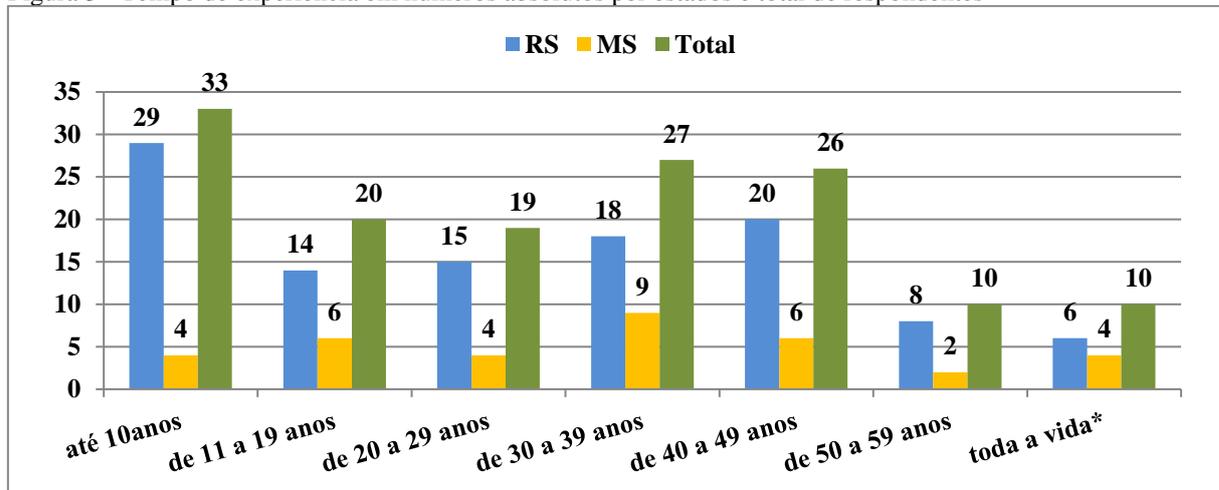
Na Figura 2 observa-se que no RS, a maior concentração se encontra na faixa de 21 a 50 hectares, com 30% dos respondentes, entretanto é considerável o número de pequenas propriedades com até 20 hectares (25%), e propriedades com 51 a 100 hectares (24%). Em MS, a maior concentração está na faixa de 101 a 200 hectares (31%) e nas faixas de 21 a 50 e 51 a 100 hectares, ambas com 17% das respostas. Em média, 3% dos pesquisados não declararam o tamanho de sua propriedade ou da área produtiva.

Em relação a posse das terras, a maioria dos respondentes (55%) possui terras totalmente próprias. Outros 35%, com uma parte de terras próprias e outra parte arrendada, constituindo-se assim, com esses dois grupos de proprietários, a grande maioria dos respondentes. Destaca-se nesta questão, o alto número de pesquisados que não quiseram informar a sua condição, principalmente em MS com 23% de abstenções. No cômputo total, o percentual de não respondentes foi de 6%, como pode ser observado na Figura 3. Os resultados por estados se assemelham aos resultados totais. No RS, 55% informaram que as terras são próprias e 39% tem uma parte própria e outra arrendada. Em MS, 54% e 35%, respectivamente.

Quanto ao tempo de experiência, ou tempo em que está na propriedade, os respondentes do RS apresentam maior concentração nos grupos de até 10 anos (26%) e, entre 40 a 49 anos (20%). MS apresenta maior concentração nos grupos entre 30 a 39 anos (26%), e entre 11 a 19 anos e 40 a 49 anos, ambos com 17% das respostas válidas. A Figura 3 apresenta graficamente

a distribuição do tempo de experiência dos entrevistados.

Figura 3 - Tempo de experiência em números absolutos por estados e total de respondentes



Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 3 mostra que cada estado tem características diferentes. Enquanto no RS há número significativo de novos produtores (com até 10 anos de experiência), combinado com outro grande grupo de produtores com período de experiência de 40 a 49 anos, MS apresenta certa equidade, com distribuição similar em quase todos os grupos.

Nesse sentido, os estados apresentam ciclos de experiência bem definidos nas propriedades. Entretanto, devido ao tamanho da amostra, não se pode afirmar que este é o perfil de MS. Todavia no RS, a amostra é significativa para que esta afirmativa seja validada.

Destaca-se que a informação denominada “toda a vida” possui mais de um significado, o primeiro é que o produtor nasceu, sempre viveu e trabalhou no meio rural ou na sua propriedade. A segunda é que este começou a trabalhar no meio rural em propriedades de terceiros e, posteriormente adquiriu a sua, deste modo sempre ao longo de sua vida trabalhou na agricultura.

As características similares dos agricultores que responderam ao questionário, em parte, podem ser explicadas pela origem de cada um, partindo do perfil dos representantes do RS e estendendo-se às similaridades aos agricultores de MS. Este último, como anteriormente citado sob a alcunha de “nova” fronteira agrícola do Brasil, teve forte processo migratório para exploração da agricultura, com a predominância de entradas de produtores rurais oriundos do RS, ou de estados como Paraná e Santa Catarina com fortes traços da colonização sulista e gaúcha, agricultores de origens italiana e alemã, bem como de outras origens europeias.

4.2 Ações Coletivas, Cooperação e Confiança

No processo participação na cooperativa, percebe-se que a relação de confiança do agricultor com a organização e, com os demais cooperados, tem elevado grau de influência no relacionamento das partes. Os dados dos grupos focais mostraram que os pesquisados se envolveram com suas cooperativas devido a necessidade de comercialização de produtos, pela insegurança em relação ao recebimento dos valores na venda de produtos, busca por conhecimento na atividade, dentre outros aspectos. A confiança é expressada nas relações de trocas (compra e entrega de produtos) e da participação na cooperativa, ou seja, estar presente

nos momentos bons e ruins. A Tabela 2 apresenta os fatores determinantes para o associado entregar a produção na cooperativa.

Tabela 2 - Fatores que são determinantes para a entrega do produto na cooperativa

	Preço		Qualidade / Serviço		Segurança / Confiança		Ser associado	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
RS	37	77	32	82	80	34	74	40
RS %	32,5	67,5	28,1	71,9	70,2	29,8	64,9	35,1
MS	6	29	3	32	27	8	17	18
MS %	17,1	82,9	8,6	91,4	77,1	22,9	48,6	51,4
Total	43	106	35	114	107	42	91	58
Total %	28,9	71,1	23,5	76,5	71,8	28,2	61,1	38,9

Fonte: Dados da pesquisa.

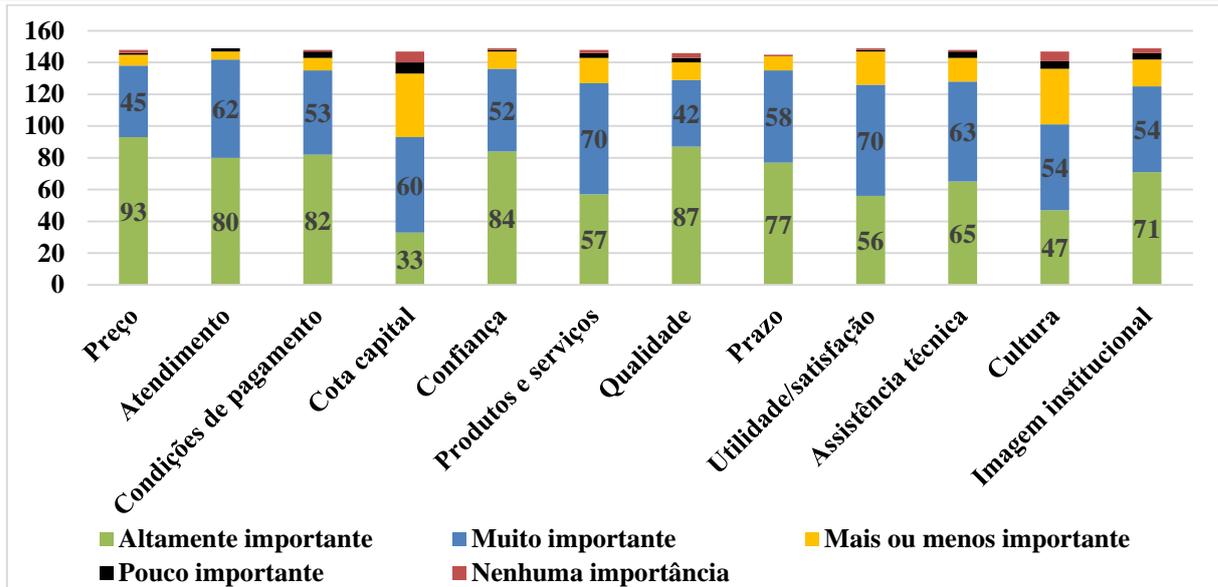
Quando questionados sobre quais fatores que determinam a entrega da produção na cooperativa (Tabela 2), o fator “Segurança/Confiança” foi considerado por 71,8% dos respondentes, assim como o fator “Ser associado” (61,1%). O fator “Preço”, que pela ótica financeira deveria ser o mais importante, e “Qualidade/Serviço”, foram considerados determinantes por 28,9% e 23,5% dos pesquisados, respectivamente

Este resultado tornou-se um indicativo de como a confiança influencia as ações coletivas em seus propósitos, conforme indicado por Ramírez e Berdegué (2003). Entretanto, outros fatores podem explicar a fidelidade dos associados com a cooperativa. Os dados indicados na Tabela 2 reforçam aspectos apresentados nos grupos focais, tais como a base das relações do associado com a cooperativa, devendo ser apoiada em aspectos além dos restritamente econômicos.

Afirmção como: “a cooperativa acompanha o associado o ano todo e a cerealista só no momento da venda do produto” (grupo focal 3 – RS) esse destaque reforça o envolvimento pelo fato de ser associado. O destaque dado pelos produtores pesquisados de MS é que a confiança está calcada na certeza de que o produto entregue está disponível na cooperativa no momento da venda (grupo focal 1 e 2 - MS). Esse aspecto reitera os dados apresentados e mostra algumas experiências com cooperativa que passaram por liquidação.

Na Figura 4 se observa o grau de importância atribuído pelos associados para fatores que, nas suas perspectivas, melhor explicam a fidelidade à cooperativa.

Figura 4 – Grau de influência de fatores sobre a fidelidade dos cooperados - por associados



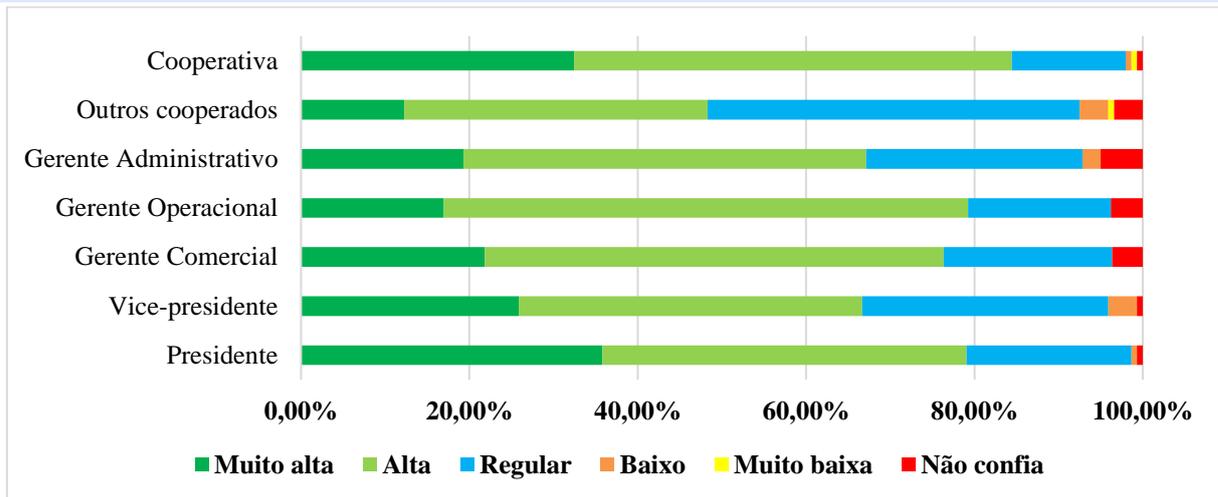
Fonte: Dados da pesquisa.

Se em relação aos fatores para entrega dos produtos na cooperativa, segurança/confiança e ser associado foram os principais fatores, quanto a fidelidade, os fatores “Preço” (62,84%) e “Qualidade” (59,59%), foram considerados como altamente importantes. Deste modo, este resultado confirma o pressuposto assumido para este estudo: que a confiança na cooperativa é a peça chave no relacionamento que o cooperado tem com a mesma, influenciando na utilização dos serviços e na continuidade da cooperação.

Quanto ao nível de confiança que o associado tem em relação a cooperativa e seus membros, constatou-se que os cooperados têm maior confiança na instituição e, menos confiança nos outros cooperados. O grau de confiança em relação ao corpo de gestores da cooperativa (Figura 5), considerando as respostas “muito alto” e “alto”, o gerente operacional e o presidente foram os considerados de maior confiança. Tal situação pode ser relacionada ao fato de se conhecerem (LOPES; BALDI, 2005).

Destaques feitos nos grupos focais relacionam a confiança com os perfis dos gestores que assumem a gestão da cooperativa. Torna-se, para eles, importante a demonstração de habilidades gerenciais, seriedade e decisões assertivas. Outro aspecto é conhecer a cooperativa, estar inteirado do que acontece nela, “Mas pra falar mal da cooperativa tem que ter o conhecimento dela” (grupo focal 2 – RS).

Figura 5 – Grau de confiança que o associado tem em relação a membros, gestores e a cooperativa



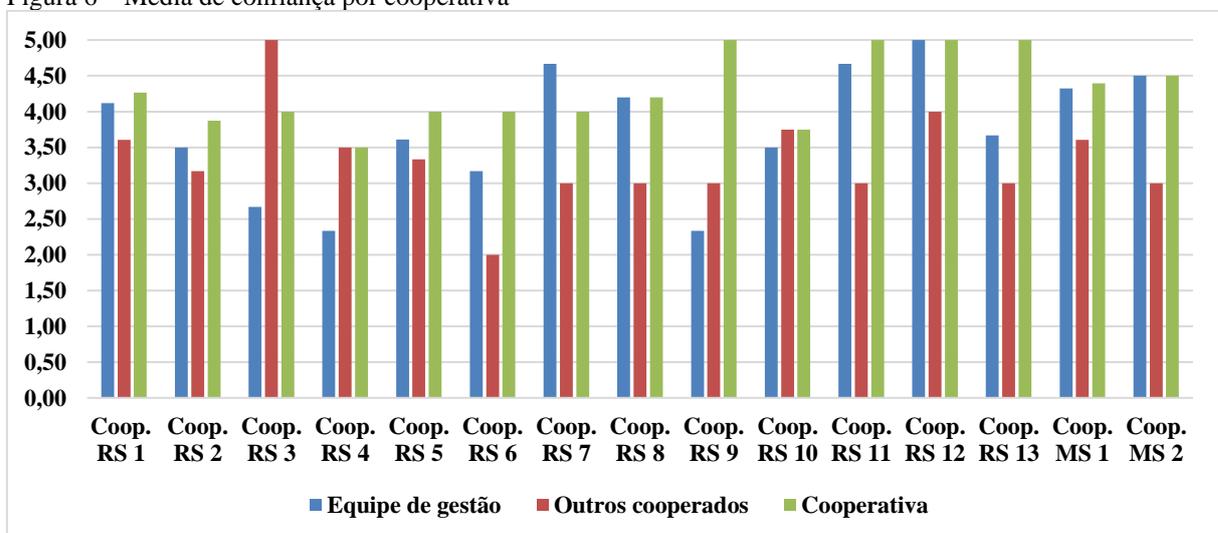
Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto a média de confiança por cooperativa, é possível observar (Figura 6) que na maioria das cooperativas ocorre o mesmo mostrado na (Figura 5), onde os cooperados confiam mais na instituição e na equipe de gestão que nos outros cooperados. Esse aspecto reforça a influência das relações apresentado por Sandler (2004). Essa importância dada a confiança do gestor principal, o presidente, é destacada nos grupos focais nas duas regiões.

Em vista disso, foram evidenciados desafios quanto a sucessão desses diante da possível incerteza de quem venha ocupar esse cargo. O destaque para a confiança na cooperativa envolve todo esse contexto de gestão e relações de confiança que permitam a realização de trocas comerciais e fortalecidas as relações sociais.

A diferença se deu em algumas cooperativas em que a confiança nos outros associados era equivalente ou maior que na equipe de gestão e na cooperativa. Comparando os resultados da Figura 6 com a Tabela 3, constatou-se que, em alguns casos, o fato da quebra de confiança não afetou a confiança que o cooperado tem com a cooperativa ou com os membros.

Figura 6 – Média de confiança por cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa.

Embora o fator confiança não tenha afetado no relacionamento entre cooperados e cooperativas, a falta de confiança em algum momento pode ocorrer. Gulati (1995) propõe tratá-

la de forma preventiva, pela avaliação preliminar dos custos envolvidos na estruturação da rede de formação e do estabelecimento de um instrumento jurídico que antevêja a ocorrência do comportamento oportunista tratando-o sob forma de custos transacionais.

A falta de confiança pode afetar a cooperação entre os grupos e a própria cooperativa, sendo destacada por Oliveira (2001), como um dos principais problemas de gestão dessas organizações, prejudicando também seu processo evolutivo, podendo ocorrer tanto dentro de um mesmo setor ou em setores diferentes.

Tabela 3 - Quebra de confiança entre associado e cooperativa/outro associado

	Cooperativa		Outros cooperados	
	Não	Sim	Não	Sim
Coop. RS 1	48	5	45	8
Coop. RS 2	20	4	21	3
Coop. RS 3	1	0	0	1
Coop. RS 4	2	0	2	0
Coop. RS 5	4	2	6	0
Coop. RS 6	2	0	2	0
Coop. RS 7	1	0	1	0
Coop. RS 8	4	1	5	0
Coop. RS 9	0	1	0	1
Coop. RS 10	4	0	4	0
Coop. RS 11	0	1	1	0
Coop. RS 12	1	0	1	0
Coop. RS 13	1	0	1	0
Coop. MS 1	29	4	26	7
Coop. MS 2	2	0	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Em cooperativas com mais respondentes - RS 1 e 2 e MS 1, a média de confiança dos cooperados pode ter sido influenciada por situações de quebra de confiança. A confiança devendo ser analisada como a intenção do indivíduo em aceitar a vulnerabilidade em relação ao outro ou à parte confiada, considerando suas expectativas positivas em relação as suas ações (MAYER; DAVIS; SCHOORMAN, 1995; COLQUITT; SCOTT; LEPINE, 2007).

Smith (2005) relaciona com um processo difícil de ser adquirida e fácil de ser quebrada, por isso a importância de ações organizacionais para o fortalecimento dessas relações. Nos grupos focais nas duas regiões forma destacadas experiências com quebras de confiança, para muitos deles aspecto sempre presente nas relações sociais e que deve ser evitado para não ocorrerem prejuízos maiores.

Entretanto, a continuidade da atuação como associado, pode não ter sido afetada por essas situações, visto que a média de confiança na cooperativa se manteve acima da média. Esses aspectos reforçam que a confiança tem caráter interpessoal, além de importante papel sendo importante a sua incorporação como um recurso estratégico da cooperativa (JENSEN-AUVERMANN; ADAMS; DOLUSCHITZ, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar questões relacionadas a confiança nas ações coletivas com associados de cooperativas em MS e no RS. A pesquisa evidenciou que as relações de confiança desenvolvidas pelos cooperados para com a cooperativa são essenciais para que exista a cooperação entre ambos. Os resultados apontaram que existe influência da confiança tanto na relação de fidelidade com a cooperativa quanto na utilização dos seus serviços, corroborando com o pressuposto da pesquisa.

Mesmo não afetando a relação de confiança entre os cooperados e cooperativas, foi possível observar que o fator desconfiança está e sempre vai se manter presente nas organizações, sendo inevitável entre seus grupos, podendo influenciar nas relações de confiança. Os indivíduos tendem a olhar para resultados coletivos em contraste com o bem-estar individual, pois acreditam que o esforço de cada indivíduo pode ser maior em relação ao coletivo. Tendo como incentivos para que os mesmos possam trabalhar no coletivo e fortalecer essa fidelização, faz-se necessário incentivar e motivar o grupo para que o coletivo venha permanecer fortalecidos cada vez mais.

A confiança é importante, pois ela possui mecanismos que vão contribuir para se ter uma coordenação entre os grupos formados por sociedades cooperativas, onde essas podem se tornar mais competitivas através de um melhor desempenho dos seus participantes. Os grupos focais destacaram que a confiança é fortalecida pela frequência nas relações com a cooperativa, principalmente na compra de insumos e entrega do produto para a comercialização

Para estudos futuros, sugere-se verificar outros fatores e/ou elementos que levam os agricultores a confiarem na cooperativa, bem como o estágio no ciclo de vida que a cooperativa se encontra. Também se sugere replicar a pesquisa em outros estados para verificar os demais comportamentos na formação e consolidação das redes de ações coletivas.

Nessa cooperação, a confiança pode contribuir para formar estratégias para beneficiar todo grupo, ajudar a coordenar atividades econômicas entre seus membros, promovendo a troca de experiências e contribuição para redução dos custos.

Agradecimentos: Os autores agradecem à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) pelo apoio e suporte na pesquisa. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida a Iniciação Científica, os recursos do projeto Universal CNPq 2014. A terceira autora pelos recursos da Bolsa Produtividade/CNPq número 311365/2017-5.

REFERÊNCIAS

- AXELROD, R. **A evolução da cooperação**. São Paulo: Leopardo Editora, 2010.
- AXELROD, R. **The evolution of cooperation**. London: Penguin, 1984.
- BIALOSKORSKI, N. S. Agribusiness cooperativo. In: ZYLBERSZTAJN, D; NEVES, M. F. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária e distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000.
- BRITO, C. M. Towards an institutional theory of the dynamics of industrial network. **Journal of Business & Industrial Marketing**, v.16, n.3, p.150-166, 2001.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COLQUITT, J. A., SCOTT, B. A.; LEPINE, J. A. Trust, Trustworthiness, and Trust Propensity: A Meta-Analytic Test of Their Unique Relationships with Risk Taking and Job

- Performance. **Journal of Applied Psychology**, 92(4), 909-927. 2007.
<https://doi.org/10.1037/0021-9010.92.4.909>
- FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J. Diversificação e competitividade nas cooperativas agropecuárias. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. 4, p. 33-55, 2004.
- GAMBETTA, D. Can We Trust? In: Gambetta, D. (ed.) **Trust: Making and Breaking Cooperative Relations**. University of Oxford, 13, 213-237, 1988.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **The American Journal of Sociology**. v. 91, n. 3, p. 481 – 510, 1985.
- GULATI, R. Does familiarity breed trust? The implications of repeated ties for contractual choice in alliances. **Academy of Management Journal**, v. 38, n. 1, p. 85-112, 1995.
Disponível em: <http://proquest.umi.com/pqd>. Acesso em: 05 jan. 2018.
- GULATI, R.; NOHRIA, N.; ZAHEER, A. Strategic Networks. **Strategic Management Journal**. Vol. 21, p. 203–215, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2017. Resultados preliminares: Produtores – Brasil. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html. Acesso em: 05 abr. 2020.
- INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE - ICA. **What is a cooperative?**
Disponível em: <https://www.ica.coop/en/cooperatives/what-is-a-cooperative>. Acesso em: 08 Mar. 2021.
- JENSEN-AUVERMANN, T.; ADAMS, I.; DOLUSCHITZ, R. Trust-Factors that have an impact on the interrelations between members and employees in rural cooperatives. **Journal of Co-operative Organization and Management**. [s. L.], p. 100-110. dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jcom.2018.09.001>. Acesso em: 26 ago. 2019.
- LANZ, L. Q.; TOMEI, P. A. **Confiança nas organizações: como gerenciar a confiança interpessoal, organizacional e interorganizacional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- LOPES, F. D.; BALDI, M. Laços sociais e formação de arranjos organizacionais cooperativos: proposição de um modelo de análise. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 2, p. 81-101, 2005.
- MACIEL, M. L. Confiança, capital social e desenvolvimento. **Econômica**, v. 3, n. 2, p. 283-288, 2001.
- MAYER, R. C., DAVIS, J. H.; SCHOORMAN, F. D. An Integrative Model of Organizational Trust. **The Academy of Management Review**, 20(3), 709-734, Jul. 1995.
<https://doi.org/10.5465/amr.1995.9508080335>
- MEINZEN-DICK, R.; Di GREGORIO, M.; McCARTHY, N. Methods for studying collective action in rural development. **Agric Syst**, v. 82, n. 3, p. 197-214, 2004.
- OLIVEIRA, D. de P. R. **Manual de gestão de cooperativas: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001.
- OLSON, M. **Lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**; tradução Fábio Fernandez. São Paulo: EDUSP, p. 65-77, 1999.
- OLSON, M. **The logic of collective action: Public goods and the theory of groups**, second printing with new preface and appendix (Harvard Economic Studies). Retrieved September, v. 15, p. 2015, 1971.
- OSTROM, E. Collective actions and local development process. **Sociologia**, n. 3, 2007.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.



IV SIMPÓSIO SUL-MATO-GROSSENSE DE ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO INOVADORA E SUSTENTÁVEL:
ANÁLISE E PERSPECTIVAS

ISSN 2675-4185



- RAMÍREZ, E.; BERDEGUÉ, J. **Acción colectiva y mejoras en las condiciones de vida de poblaciones rurales**. Fundo Mink'a de Chorlavi. 2003. Disponível em: <http://www.fondominkachorlavi.org/ac/>. Acesso em: 08 Mar. 2018.
- RESSEL, L. B. et al. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 779-786, 2008.
- SANDLER, T. **Global Collective Action**. University of Southern California: Cambridge, 2004.
- SILVA, H. C. H.; BINOTTO, E.; VILPOUX, O. F. Cooperação e compartilhamento de informação entre os atores sociais em um assentamento rural. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 6, n. 1, p. 89-108, 2016.
- SMITH, G. How to achieve organizational trust within an accounting department. **Managerial Auditing Journal**, 20(5), 520-523, 2005.